

# Velhos obstáculos no crescimento

**T**rês problemas já bem velhos conhecidos são fundamentais para as perspectivas econômicas para a segunda metade do governo FHC. São eles: a consolidação da desindexação, as dúvidas quanto ao padrão de crescimento econômico e as dificuldades na reforma do Estado.

A desindexação, cujo lado prático é o fim do automatismo nos reajustes de preços, salários, ativos financeiros e taxa de câmbio com base na inflação passada, já desapareceu informalmente de virtualmente todos os aspectos importantes da formação de preços. O lado mais visível do fenômeno para o cidadão é a clareza cada vez maior com que se percebe a diferença entre uma variação relativa de preços, como a que resulta do fim do subsídio do álcool, por exemplo, e o aumento generalizado de preços, como o que resulta de um clima com facilidades excessivas de crédito. O progresso feito é grande, mas a agitação dos mercados financeiros diante de notícias de aumentos de preços dos combustíveis e o pessimismo quanto aos efeitos duradouros que uma desvalorização mais acentuada do câmbio possam vir a ter sobre a inflação esperada é o sintoma de que a memória prática da indexação é desproporcional à baixa inflação observada nos últimos meses. Mas a fonte dos problemas nesta área é a falta de um instrumento legal definitivo que regule, por exemplo, as possibilidades de indexação de contratos de longo prazo sem risco de retorno da indexação de curto prazo, esta sim capaz de enrijecer de volta a economia.

O padrão de crescimento econômico está mudando na atual retomada industrial e isso traz preocupações justificadas. A novidade é que o lucro está de volta a vários setores, e com ele as perspectivas de recuperação dos investimentos. O lado preocupante é a pressão sobre a infra-estrutura e sobre a oferta de insumos básicos além do baixo crescimento das exportações. Dado que a expansão do crédito às famílias é inexorável, teme-se que o alto custo do crédito às empresas possa agravar o descompasso entre o poder de compra das pessoas e o crescimento da produção. Juros menores e prazos melhores para crédito às empresas, incentivos à capitalização e a institucionalização dos instrumentos de política monetária e cambial, sem mudanças bruscas nos rumos, melhorarão progressivamente as perspectivas.

O pior dos problemas conhecidos é certamente o da reforma do Estado. As dificuldades operacionais do Estado brasileiro têm sido reconhecidas em praticamente todos os diagnósticos da grande estagnação dos 80. Mas é notável a turbulência política causada pelos esforços da reforma. Os exemplos mais visíveis são a paralisa na reforma da Previdência, as dificuldades de progresso na legislação que regula as concessões de serviços públicos, na flexibilização dos contratos de trabalho e a reforma administrativa, notadamente do regime funcional do servidor público e do regime jurídico das universidades. O sistema político brasileiro mostra uma grande dificuldade para produzir a legislação que atualize o papel do Estado brasileiro de modo a não bloquear a vigorosa retomada do crescimento econômico que se inicia no próximo ano. Nos últimos meses, a frustração produzida pela lentidão da legislação de apoio à reforma do Estado tem aumentado o ceticismo dos analistas quanto ao fôlego que a economia brasileira poderá ter para crescer nos próximos anos. Já é freqüente a percepção de que os ganhos com a estabilização serão fortemente limitados em termos de crescimento, sendo pouco provável que se atinja no próximo quinquênio um crescimento anual médio superior aos 5.5%, ainda abaixo, portanto, da média histórica dos 40 anos do pós-guerra. Com o potencial de crescimento permitido pelos ganhos de produtividade que podem ser incorporados com a nova inserção da economia brasileira no mundo, tal perspectiva é medíocre. Não pelas razões de curto prazo que têm sido apontadas, como a valorização do câmbio ou o nível dos juros, mas por velhos e conhecidos obstáculos ao crescimento a longo prazo.

Grande parte da energia política despendida hoje na discussão de pseudoproblemas cambiais seria melhor aproveitada na agenda das reformas institucionais, e pagaria dividendos valiosos se pudesse gerar um sistema de incentivos econômicos que permitisse ao país aproveitar a grande oportunidade que o fim da inflação e das políticas macroeconômicas insensatas oferece para os próximos anos.